



EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2025
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2026
E NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO DE CAPELÃES MILITARES/2026

004. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR

ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____				
RG _____	Inscrição _____	Prédio _____	Sala _____	Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões 01 a 07.

“Depósito”: o modo como uma casa de repouso para idosos é chamada em um novo livro de ficção pretende denunciar as incongruências de nossa relação com a velhice e com os idosos ao nosso redor. Em *Jasmins*, publicado pela editora Maralto, Claudia Nina retrata a dura relação entre a cuidadora Yasmin e a idosa Wanda, num momento da história em que o fenômeno da longevidade interpela a nossa atenção à população idosa.

“Embora não seja regra, alguns fatores tornam os idosos mais vulneráveis e dependentes de outras pessoas, seja para a realização de atividades básicas da vida diária e econômica ou emocionalmente, principalmente aqueles com déficits cognitivos ou limitações naturais do próprio envelhecimento”, explica a psicóloga Allana Moraes. “Por essas razões, lamentavelmente, o idoso também se encontra mais suscetível a ser vítima de violências nos mais variados âmbitos, seja familiar, institucional ou social”.

De acordo com Allana, é o próprio ambiente familiar que tem se apresentado como o espaço de maior incidência de abandono e maus-tratos cometidos contra o idoso, com episódios de violência psicológica, física, moral e patrimonial perpetrados por filhos ou cônjuges. Diversos fatores desempenham um papel nesse tipo de cenário, entre os quais o que pode ser chamado de transmissão transgeracional da violência e do abandono.

“O fato de os idosos se transformarem em vítimas igualmente se relaciona às raízes familiares, à violência ou abandono por eles perpetrados no passado, assim como terem apresentado comportamentos disruptivos, agressividade e atitudes provocativas em relação aos familiares”, explica a psicóloga. “Portanto, para analisar os motivos que levam um familiar a agir com violência em relação a um idoso, há que se levar em conta não só características dos idosos ou da família, já que se trata de um fenômeno multideterminado e que deve ser analisado em sua complexidade”.

Entre os fatores em jogo, há também aquilo que o gerontólogo Robert N. Butler chamou já em 1969 de “ageísmo” ou “idadismo”, ou seja, a discriminação contra pessoas com base em sua idade, mais comumente direcionada a pessoas mais velhas. “Butler descreveu três aspectos deste tipo de preconceito: atitudes negativas em relação aos idosos, à velhice e ao processo de envelhecimento; práticas discriminatórias contra idosos; e práticas e políticas institucionais que perpetuam estereótipos e atitudes negativas sobre os idosos”, pontua Allana.

A saúde dos vínculos afetivos entre o idoso e os seus cuidadores é um fator de proteção contra a violência muito significativo. Com a atenção à saúde mental dos profissionais cuidadores e com a proximidade da família, casas de repouso deixariam de ser “depósitos” e se tornariam pontos de apoio fundamentais em uma sociedade cada vez mais idosa.

(Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br>.
Acesso em: 08.04.2025. Adaptado)

01. Por suas características composicionais predominantes, o texto pode ser identificado como sendo do gênero

- (A) artigo, de caráter informativo, empregando a referência a especialistas como argumento para conferir confiabilidade às ideias nele veiculadas.
- (B) instrução, de caráter normativo, empregando a citação de trechos de especialistas para induzir o leitor a adotar práticas sociais adequadas.
- (C) matéria científica, de caráter instrucional, empregando referências extratextuais para levar o leitor a praticar as recomendações nele expostas.
- (D) parecer, de caráter avaliativo, expondo pontos de vista contrastantes acerca das descobertas recentes sobre o “ageísmo” e sua disseminação.
- (E) editorial, de caráter polêmico, contrapondo teorias e pontos de vista acerca do tema, para afirmar ideologias e ações positivas em relação à velhice.

02. Considerando-se a sequenciação textual, é correto afirmar que o quarto parágrafo representa, em relação ao terceiro,

- (A) a reiteração da ideia de que a sociedade já naturalizou a exposição do idoso a maus-tratos.
- (B) a retificação da ideia de que é na família que os idosos mais sofrem agressões.
- (C) a progressão da ideia de transmissão transgeracional do abandono e da violência.
- (D) a desmistificação da ideia de que, na maioria dos casos, a violência se transfere de pai para filho.
- (E) a introdução da ideia de que a violência é associada a políticas institucionais.

03. As aspas empregadas em “depósito” sinalizam a intenção de associar, implicitamente, a casa de repouso às ideias de

- (A) descarte e resguardo.
- (B) descaso e reconhecimento.
- (C) abrigo e segurança.
- (D) reverência e desvalorização.
- (E) objetificação e abandono.

04. No segmento “**Embora** não seja regra” (2º parágrafo), o termo destacado garante a coesão textual introduzindo um argumento

- (A) condicional, que determina o sentido da sequência do enunciado.
- (B) comparativo, que esclarece o que se afirma na sequência do enunciado.
- (C) hipotético, que ressignifica o que se afirma na sequência do enunciado.
- (D) concessivo, que relativiza as afirmações da sequência do enunciado.
- (E) conclusivo, que sintetiza ideias expressas na sequência do enunciado.

05. A alternativa em que a expressão entre parênteses substitui os termos destacados, de acordo com a norma-padrão de emprego do sinal indicativo de crase, é:

- (A) ... denunciar **as incongruências**... (à toda incongruência)
- (B) ... direcionada **a pessoas** mais velhas... (àquelas pessoas)
- (C) ... motivos que levam um familiar **a agir com violência**... (à ações violentas)
- (D) ... é o próprio ambiente familiar que **tem se apresentado**... (passa à ser apresentado)
- (E) ... igualmente se relaciona **às raízes familiares**... (à certas origens familiares)

06. A alternativa contendo a passagem em que o pronome “se” pode ser colocado depois do verbo em destaque é:

- (A) O fato de os idosos se **transformarem** em vítimas... (4º parágrafo)
- (B) ... é o próprio ambiente familiar que tem se **apresentado**... (3º parágrafo)
- (C) ... transformarem em vítimas igualmente se **relaciona** às raízes... (4º parágrafo)
- (D) ... e se **tornariam** pontos de apoio ... (6º parágrafo)
- (E) ... o idoso também se **encontra**... (2º parágrafo)

07. Considere os enunciados:

Pessoas idosas ficam à mercê de interferências, e **as interferências tornam as pessoas idosas** mais vulneráveis e dependentes de outras pessoas. É comum que familiares **agridam as pessoas idosas**.

Há muitas incongruências em nossa relação com a velhice, e um novo livro de ficção pretende **denunciar as incongruências**.

A reescrita dos trechos neles destacados, com emprego de elementos de coesão, segue a norma-padrão, respectivamente, em:

- (A) ... estas tornam-nas ... agridam elas ... denunciá-las
- (B) ... essas as tornam ... agridam-nas ... denunciá-las
- (C) ... estas as tornam ... as agridam ... denunciar-lhes
- (D) ... essas tornam a elas ... agridam-nas ... a elas denunciar
- (E) ... essas lhes tornam ... as agridam ... denunciar-lhes

08. A adaptação de passagens do texto redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal é:

- (A) Quando um familiar age com violência contra um idoso, é necessário a investigação dos motivos que o leva a isso.
- (B) Estuda-se a discriminação contra pessoas com base em sua idade, sendo mais comumente direcionada a pessoas mais velhas.
- (C) No livro denuncia-se, com a menção a “depósito”, as incongruências de nossa relação com a velhice e com os idosos ao nosso redor.
- (D) Havia relatos de episódios de violência psicológica, física, moral e patrimonial perpetrados por filhos ou cônjuges.
- (E) Devem ser levadas em conta não só características dos idosos ou da família, já que se tratam de fenômenos multideterminados.

09. Trata-se do domínio morfoclimático brasileiro, onde ocorre a maior extensividade de formas homogêneas relativas de todo o planalto Brasileiro. Planaltos sedimentares cedem lugar – quase sem solução de continuidade – a outros de estruturas mais complexas, nivelados por velhos aplainamentos de cimeira, formando um grande Planalto, com altitudes médias de 600 a 1.100 metros.

(Aziz Nacib Ab'Sáber, *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*, 2003. Adaptado)

O texto descreve as características de qual domínio morfoclimático brasileiro?

- (A) Caatinga.
- (B) Cerrado.
- (C) Floresta amazônica.
- (D) Mares de morros.
- (E) Araucárias.

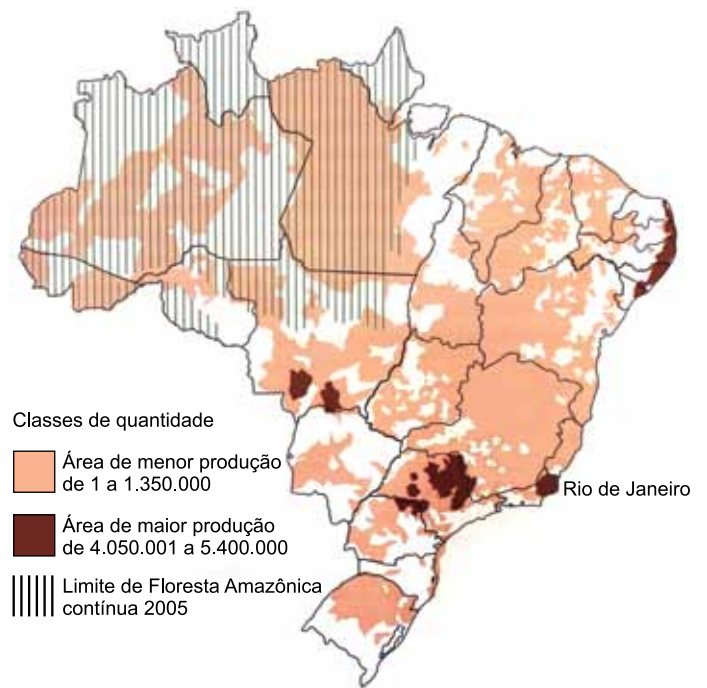
10. As razões da existência de um grande espaço de clima semiárido no Nordeste brasileiro são complexas. No inverno, células de alta pressão atmosférica predominam no interior do Nordeste e dificultam a entrada de umidade vinda do oceano, trazida pela massa de ar _____.

(Aziz Nacib Ab'Sáber, *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*, 2003. Adaptado)

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- (A) polar atlântica
- (B) equatorial atlântica
- (C) equatorial continental
- (D) tropical continental
- (E) tropical atlântica

11. Observe o mapa a seguir:

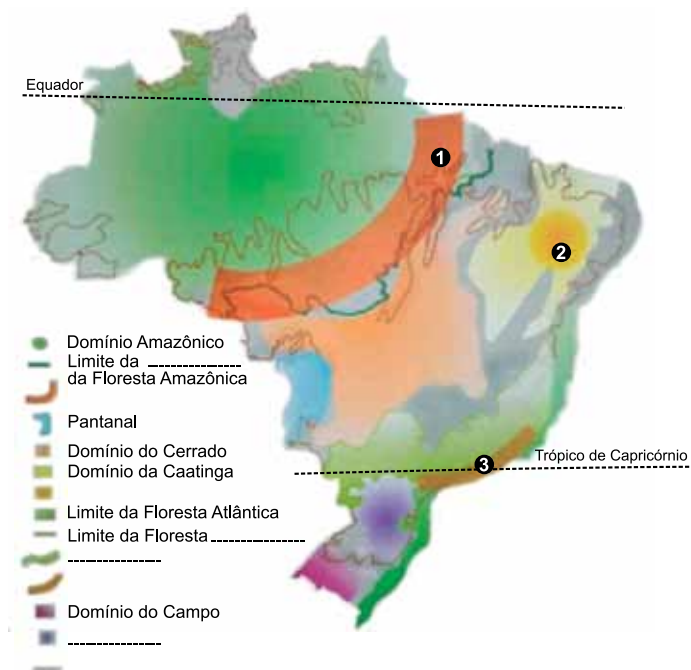


(J. L. S. Ross, *Ecogeografia do Brasil*, 2006)

Com base na análise do mapa apresentado sobre a atividade agrícola no Brasil, é correto afirmar que ele se refere ao cultivo de

- (A) feijão.
- (B) soja.
- (C) cana-de-açúcar.
- (D) milho.
- (E) arroz.

12. Considere o mapa a seguir que destaca os principais problemas ambientais no território brasileiro:

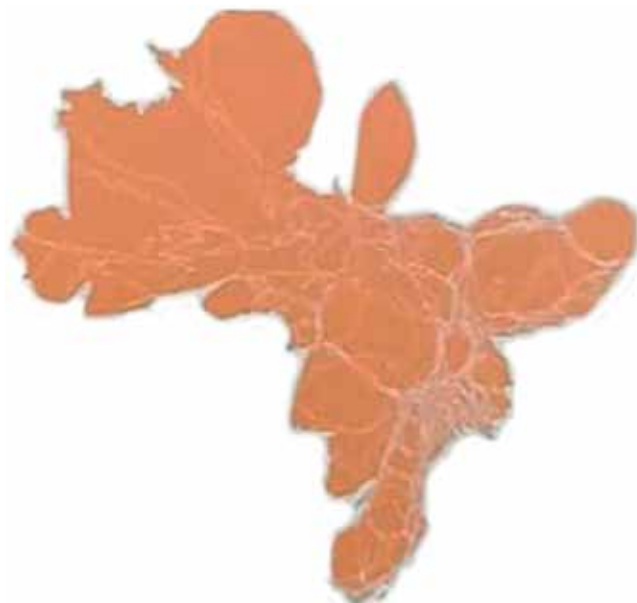


(H. Théry e N. A. Mello, *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*, 2018. Adaptado)

As áreas assinaladas no mapa com os números 1, 2 e 3 representam, respectivamente, os seguintes problemas ambientais:

- (A) arenização, desabamento de encostas e desmatamento.
- (B) desertificação, inundação e salinização do solo.
- (C) inundação, desmatamento e arenização.
- (D) desmatamento, desertificação e desabamento de encostas.
- (E) contaminação do solo, lixiviação e desertificação.

13. A figura a seguir apresenta um recorte temático da população brasileira, destacando a distribuição territorial desigual de um grupo populacional, conforme Théry e Mello (2018):



(H. Théry e N. A. Mello, *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*, 2018)

Com base na análise da figura apresentada, referente à distribuição populacional brasileira, é correto afirmar que ela representa o grupo dos

- (A) indígenas.
- (B) pretos.
- (C) pardos.
- (D) brancos.
- (E) imigrantes.

14. Trata-se de uma faixa estreita de terra que se estende ao longo do litoral do Amapá até o norte do litoral do estado do Rio de Janeiro. Localiza-se entre altitudes que variam entre 10 m e 50 m, acompanhando a linha de costa, é frequentemente delimitada pelo oceano por vertentes abruptas (falésias). Essa unidade é composta por sedimentos terciários, recoberta por solos arenosos ou areno-argilosos profundos e bem drenados, recobrimdo colinas ampla de topos planos ou convexos.

(J. L. S. Ross, *Ecogeografia do Brasil*, 2006)

O texto descreve uma formação geomorfológica conhecida como

- (A) planaltos residuais.
- (B) tabuleiros costeiros.
- (C) chapadas.
- (D) campos naturais.
- (E) depressão.

15. Ainda ocorre na segunda metade do século (XVIII) mais um fator particular que estimula a agricultura brasileira. Até então, o grande gênero tropical fora o açúcar. Outro virá emparelhar-se a ele, e o sobrepujará em breve: o algodão. [...] Os progressos técnicos do século XVIII permitirão o seu aproveitamento em medidas quase ilimitadas.

(Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*, 1994)

O excerto refere-se

- (A) à substituição da exploração do açúcar pelo plantio do algodão nas áreas litorâneas da colônia.
- (B) ao fornecimento da matéria prima do algodão para as tecelagens domésticas no interior da colônia.
- (C) à autonomia da política colonial para com o domínio metropolitano em decorrência da economia algodoeira.
- (D) ao emprego do complexo tecnológico da indústria açucareira na fabricação colonial de fibras de algodão.
- (E) à vinculação da economia colonial com o novo centro dinâmico de produção de mercadorias no continente europeu.

16. Alcançado em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, dom Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a Independência do Brasil. Em 1º de dezembro, com apenas 24 anos, o príncipe regente era coroado Imperador, recebendo o título de dom Pedro I. O Brasil se tornava independente, com a manutenção da forma monárquica de governo. Mais ainda, o novo país teria no trono um rei português. Este último fato criava uma situação estranha, porque uma figura originária da Metrópole assumia o comando do novo país.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, 2000)

A natureza da Independência do Brasil, referida pelo excerto,

- (A) mantém as relações econômicas brasileiras com a burguesia mercantil portuguesa em um regime ainda de exclusivo comercial.
- (B) institui um sistema político ilustrado com concessão de direitos políticos às províncias brasileiras em prejuízo do poder central.
- (C) une setores da elite socioeconômica em torno de uma figura política capaz de manter o ordenamento social brasileiro.
- (D) explica a precocidade do movimento libertador brasileiro na comparação com as emancipações políticas das colônias hispano-americanas.
- (E) comprova a presença dos princípios filosóficos da Independência das colônias inglesas da América do Norte na organização política do Estado brasileiro.

17. Já nos anos de 1850, fazendeiros das áreas cafeeiras – alguns dos mais necessitados de mão de obra – tornaram-se interessados em promover a imigração e em substituir os escravos por imigrantes. As primeiras experiências falharam, e os fazendeiros de café recorreram ao tráfico de escravos interno. Mais tarde, quando as pressões abolicionistas aumentaram e leis contra o tráfico entre províncias foram promulgadas, os fazendeiros das áreas pioneiras buscaram na Itália os trabalhadores de que necessitavam.

(Emília Viotti da Costa. “Da escravidão ao trabalho livre”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1999)

O excerto alude à

- (A) baixa produtividade da economia agrícola brasileira devido às crises periódicas no fornecimento da mão de obra.
- (B) transformação gradual do mercado de trabalho em um dos setores mais dinâmicos da economia agro-exportadora brasileira.
- (C) manutenção do trabalho compulsório nas grandes unidades agrícolas brasileiras de economia de exportação.
- (D) decadência das áreas de produção agrícola dependentes do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil.
- (E) redução do número de trabalhadores na agricultura brasileira como consequência da mecanização dos processos produtivos.

18. Fizeram-se poucas concessões à classe operária durante à República Velha. Cumpre notar que a famosa declaração de Washington Luís, emitida durante a sua campanha para governador, segundo a qual “a questão operária era um caso de polícia”, pretendia ser uma expressão liberal – a saber, que não se tratava de um problema de segurança nacional, mas apenas de uma tarefa administrativa. Depois das greves desastrosas de 1917 e 1919, causadas pela exportação de gêneros alimentícios básicos para os Aliados, com a consequente elevação dos preços nacionais, poucas leis se promulgaram com a intenção de apaziguar a mão de obra.

(Warren Dean. “A industrialização durante a República Velha”. In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano Estrutura de Poder e economia (1889-1930)*, 1975)

Os movimentos operários, durante a Primeira República brasileira, foram marcados pela

- (A) constituição de uma classe operária exclusivamente brasileira.
- (B) falta de consciência social dos líderes anarco-sindicalistas.
- (C) estatização das indústrias de bens de produção no Brasil.
- (D) formação inicial de uma economia fabril concentrada em poucas regiões do país.
- (E) submissão dos sindicatos operários ao Ministério do Trabalho.

19. O poder político é medido através da quantidade de votos de que dispõe um chefe local ou regional, no momento das eleições. Procurando manter ou expandir a força dos coronéis, os cabos-eleitorais são elementos de ligação indispensáveis entre o coronel e a massa dos votantes. A estrutura, grosso modo, apresenta-se hierarquizada em três níveis: os coronéis; abaixo deles os cabos-eleitorais; e, na base da estratificação política, os eleitores.

(Maria Isaura Pereira de Queiroz. "O coronelismo numa interpretação sociológica". In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*, 1975)

O excerto refere-se à política da Primeira República Brasileira (1889 – 1930) e

- (A) aos desdobramentos da instituição do sufrágio universal masculino e aos mecanismos oligárquicos de controle político.
 - (B) à inexistência de atividades político-eleitorais nos municípios e ao controle das decisões governamentais pelos habitantes alfabetizados dos grandes centros urbanos.
 - (C) à atribuição às forças militares do poder constitucional de fiscalização das instituições políticas e à imposição do serviço militar obrigatório nas regiões rurais do país.
 - (D) às suspensões periódicas dos calendários eleitorais previstos pela Constituição e aos direitos políticos da população analfabeta do país.
 - (E) à garantia da liberdade de expressão política do eleitorado e à instituição do voto secreto masculino nos estados mais importantes da República.
20. Como o Brasil e como a própria democracia, a Constituição de 1988 também é imperfeita. [...] Mas a Constituição de 1988 é a melhor expressão de que o Brasil tinha um olho no passado e outro no futuro e estava firmando um sólido compromisso democrático. [...] Ela é moderna nos direitos, sensível às minorias políticas, avançada nas questões ambientais, empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para a participação [social] e direta, e determinada a limitar o poder do Estado sobre o cidadão e a exigir políticas públicas voltadas para enfrentar os problemas mais graves da população.

(Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. *Brasil: uma biografia*, 2015)

Os aspectos "modernos" da Constituição, referidos pelo excerto, vinculam-se

- (A) à exigência de legitimação de medidas governamentais, com a política plebiscitária.
- (B) à restrição à estrutura agrária latifundiária, com o projeto de reforma agrária.
- (C) à atuação de grupos sociais na sua elaboração, com as emendas populares.
- (D) à ampliação dos direitos trabalhistas, com a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- (E) à oposição à tradição republicana do país, com a adoção do parlamentarismo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com a legislação e respeitados os limites, o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, é instrumento de pagamento, utilizado exclusivamente pelo portador nele identificado, nos casos indicados em ato próprio da autoridade competente, para despesas, por exemplo, com suprimento de fundos. O CPGF é emitido em nome

- (A) do ordenador de despesa e operacionalizado por administradora de cartão de crédito.
- (B) da unidade gestora e operacionalizado pelo ordenador de despesa.
- (C) da unidade orçamentária e operacionalizado pelo ordenador de despesa.
- (D) do coordenador de controle operacional e gerido pelo ordenador de despesa.
- (E) da unidade gestora e operacionalizado por instituição financeira autorizada.

22. Em conformidade com o art. 17 da Lei nº 14.133/2021, conhecida como nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o processo de licitação deverá observar fases em sequência. O § 2º do citado artigo prevê que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a _____, admitida a utilização da _____, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do excerto de acordo com a legislação.

- (A) forma visual ... forma eletrônica ... registrada em cartório
- (B) forma eletrônica ... forma presencial ... gravada em áudio e vídeo
- (C) forma presencial ... forma visual ... certificada pelo pregoeiro
- (D) forma eletrônica ... forma presencial ... certificada pelo pregoeiro
- (E) forma visual ... forma eletrônica ... gravada em áudio e vídeo

23. Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

O conceito acima, de acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967, se refere

- (A) à sociedade de economia mista.
- (B) ao consórcio público.
- (C) à empresa pública.
- (D) à autarquia federal.
- (E) à fundação pública.

24. O capítulo “Do Controle das Contratações” da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos prescreve que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de
- (A) gestão de riscos e de controle preventivo.
 - (B) monitoramento e exame do fluxo de caixa do contrato.
 - (C) adoção de procedimentos objetivos e imparciais das normas de auditoria.
 - (D) controle de detecção e viabilização de oportunidade econômica.
 - (E) definição de objetivos e de situação de risco orçamentário.
25. Considere as seguintes informações:
- Volume de vendas: 600.000 unidades de um produto.
 - Custo variável: R\$ 3,50 por unidade.
 - Total de custos fixos: R\$ 950.000,00.
- O preço de venda por unidade para atingir o ponto de equilíbrio deve ser de
- (A) R\$ 1,71.
 - (B) R\$ 3,29.
 - (C) R\$ 6,67.
 - (D) R\$ 1,58.
 - (E) R\$ 5,08.
26. Sobre os critérios de avaliação dos estoques, de acordo com o *Manual de Contabilidade Societária*, a principal diferença entre valor realizável líquido e valor justo é que o primeiro representa o montante líquido que a entidade espera realizar no decurso normal de suas operações, enquanto o valor justo representa
- (A) o gasto relativo ao reconhecimento não dedutível para efeitos fiscais ao preço de mercado.
 - (B) a apuração do valor líquido para fins de determinação da base de cálculo da contribuição social.
 - (C) a avaliação dos inventários ao final de cada ano, inclusive os adiantamentos a fornecedores.
 - (D) o montante que poderia ser obtido pelos mesmos estoques quando trocados no mercado.
 - (E) o preço do produto comprado e o valor médio dos custos incorridos adicionalmente.

As informações a seguir foram extraídas do Balanço Orçamentário de determinada entidade pública relativas ao mês de novembro do último exercício financeiro, utilize-as para responder às questões 27 e 28:

Receitas orçamentárias	Receitas correntes	Receitas de capital	Total
• previsão inicial	2.720.000,00	680.000,00	3.400.000,00
• previsão atualizada	2.856.000,00	748.000,00	3.604.000,00
• receitas realizadas	2.754.000,00	612.000,00	3.366.000,00
Despesas orçamentárias	Despesas correntes	Despesas de capital	Total
• dotação inicial	2.584.000,00	816.000,00	3.400.000,00
• dotação atualizada	2.720.000,00	816.000,00	3.536.000,00
• despesas empenhadas	2.652.000,00	544.000,00	3.196.000,00
• despesas liquidadas	2.516.000,00	476.000,00	2.992.000,00
• despesas pagas	2.448.000,00	476.000,00	2.924.000,00

No mês de dezembro, ocorreram as seguintes operações:

• Arrecadação de receita tributária	R\$ 58.400,00
• Transferência corrente	R\$ 49.600,00
• Consumo de materiais registrados na conta “estoques”	R\$ 63.500,00
• Empenho, liquidação e pagamento de despesas de pessoal	R\$ 40.800,00
• Empenho e liquidação de despesas de água, luz e telefone	R\$ 34.300,00
• Pagamento de impostos apropriados no mês de novembro	R\$ 20.400,00

27. Considerando essas informações, o valor correspondente à economia orçamentária em 30.11 do período em análise corresponde a:

- (A) R\$ 408.000,00.
- (B) R\$ 204.000,00.
- (C) R\$ 612.000,00.
- (D) R\$ 544.000,00.
- (E) R\$ 340.000,00.

28. Considerando essas informações, o valor do resultado da execução orçamentária em 31.12 do exercício em análise corresponde a:

- (A) R\$ 237.200,00.
- (B) R\$ 243.700,00.
- (C) R\$ 202.900,00.
- (D) R\$ 278.000,00.
- (E) R\$ 139.400,00.

R A S C U N H O

29. De acordo com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o conceito financeiro de capital é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis. Sob o conceito financeiro de capital, tal como caixa investido ou poder de compra investido, capital é sinônimo de

- (A) ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.
- (B) capacidade produtiva da entidade.
- (C) bens de venda e de renda da entidade.
- (D) direitos de antecipação da entidade.
- (E) investimentos brutos ou capital investido líquido.

30. Considere as seguintes informações relativas ao encerramento do último exercício financeiro de determinada entidade pública:

• Previsão da receita orçamentária	R\$ 544.000,00
• Fixação da despesa orçamentária	R\$ 544.000,00
• Arrecadação de impostos	R\$ 394.000,00
• Empenho de despesas	R\$ 544.000,00
• Liquidação de despesas	R\$ 476.000,00
• Inscrição de despesas em restos a pagar	R\$ 184.000,00
• Recebimento de veículos em doação	R\$ 680.000,00

Considerado essas informações, o Balanço Financeiro da entidade, apresentará para o exercício seguinte, em R\$, um saldo de

- (A) 34.000,00.
- (B) 292.000,00.
- (C) 184.000,00.
- (D) 68.000,00.
- (E) 544.000,00.

31. De acordo com o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, quanto ao aspecto fiscal, as demonstrações contábeis e as diretrizes para relatórios fiscais têm objetivos diferentes. O objetivo das demonstrações contábeis das entidades do setor público é o fornecimento de informações úteis sobre a entidade que reporta a informação, voltadas para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e para a tomada de decisão. Os relatórios fiscais são utilizados, principalmente, para

- (A) registrar e evidenciar o orçamento público; e mensurar e comparar os resultados orçamentários nacional e internacionalmente.
- (B) analisar opções de política fiscal, definir essas políticas e avaliar os seus impactos; determinar o impacto sobre a economia; e comparar os resultados fiscais nacional e internacionalmente.
- (C) registrar e evidenciar a composição patrimonial do ente público, atendendo os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento; mensurar e evidenciar os ativos e passivos e suas variações.
- (D) analisar opções de política econômica; avaliar os impactos financeiros sobre a contabilidade governamental; determinar índices de execução e comparar os resultados fiscais exclusivamente no âmbito nacional.
- (E) registrar e atender ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (CASP) com vistas a contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento desse aspecto em âmbito nacional.

R A S C U N H O

32. Em relação à elaboração do Balanço Orçamentário, segundo o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, as despesas devem ser discriminadas por dotação inicial, dotação atualizada, despesas empenhadas, despesas liquidadas, despesas pagas e saldo da dotação e serão demonstradas por

- (A) modalidade de aplicação e elemento de despesa.
- (B) função e subfunção.
- (C) categoria econômica e índice da despesa.
- (D) programa e ação.
- (E) categoria econômica e grupo de natureza da despesa.

33. Considere as seguintes informações, relativas a uma compra por uma entidade pública:

- Aquisição de uma máquina em 01 de abril de 2023;
- Valor da aquisição: R\$ 2.040.000,00;
- Estimativa de uso da máquina: 05 anos;
- Estimativa de produção para o período: 200.000 unidades;
- Estimativa do valor de venda da máquina após o período de uso: R\$ 408.000,00;
- Produção no ano de aquisição: 27.000 unidades.

A entidade deprecia seus ativos conforme o método das unidades produzidas. Dessa forma, a despesa de depreciação em relação à máquina, no ano de 2023, foi de

- (A) R\$ 275.400,00.
- (B) R\$ 220.320,00.
- (C) R\$ 408.000,00.
- (D) R\$ 326.400,00.
- (E) R\$ 272.080,00.

34. O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964 e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. O registro contábil da arrecadação da receita durante a execução do orçamento, considerando a natureza da informação orçamentária, será:

- (A) D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos
C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
- (B) D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos
C 8.2.1.1.4.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR) – Arrecadada
- (C) D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
- (D) D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
- (E) D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

Considere as seguintes informações de fabricação de determinada empresa industrial relativas ao último mês do segundo trimestre de 2024 para responder às questões **35** e **36**:

R A S C U N H O

Custos indiretos – análise por atividade	Valor
Preparação de ordens de serviço	R\$ 163.200,00
Preparação de máquinas	R\$ 81.600,00
Total dos custos indiretos de fabricação	R\$ 244.800,00

Outras informações	Aspirador Tipo 1	Aspirador Tipo 2
Materiais diretos	R\$ 136.000,00	R\$ 489.600,00
Mão de obra direta	R\$ 61.200,00	R\$ 408.000,00
Quantidade de ordens de serviço de produção	400	200
Quantidade de preparações de máquinas	20	20
Quantidade de horas-máquina	1.000	2.000

Na apuração de custeio por absorção, os custos indiretos de fabricação são alocados aos produtos utilizando-se como critério de rateio as horas-máquina empregadas.

A sistemática de apuração de custeio baseado em atividades (ABC), utiliza-se como direcionadores de custos as atividades de preparação de máquinas e de preparação de ordens de serviços de produção.

35. Se for utilizada como forma de alocação o custeio por absorção, o total dos custos do produto Aspirador Tipo 1 será de

- (A) R\$ 197.200,00.
- (B) R\$ 217.600,00.
- (C) R\$ 360.400,00.
- (D) R\$ 278.800,00.
- (E) R\$ 142.800,00.

36. Com base nas informações, o total dos custos do produto Aspirador Tipo 2, com a adoção do custeio baseado em atividades (ABC), será de

- (A) R\$ 992.800,00.
- (B) R\$ 897.600,00.
- (C) R\$ 938.400,00.
- (D) R\$ 952.000,00.
- (E) R\$ 979.200,00.

37. Determinada empresa possui, ao final de um exercício financeiro os seguintes saldos contábeis:

• Custo dos produtos vendidos	R\$ 1.360.800,00
• Vendas do período	R\$ 1.944.650,00
• Contas a receber	R\$ 129.600,00
• Contas a pagar	R\$ 140.400,00
• Estoques de mercadorias	R\$ 189.000,00
• Compras do período	R\$ 1.555.200,00

Considerando esses dados, assinale a alternativa que identifica corretamente o prazo médio de rotação dos estoques.

- (A) 28 dias.
- (B) 40 dias.
- (C) 50 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 38 dias.

38. As informações a seguir foram extraídas do Balanço Patrimonial de determinada empresa, encerrado em 31.12.2024:

• Impostos a recuperar	R\$ 1.156.000,00
• Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 771.800,00
• Estoques de mercadorias	R\$ 2.720.000,00
• Passivo circulante	R\$ 4.284.000,00
• Passivo não circulante	R\$ 1.836.000,00
• Clientes (curto prazo)	R\$ 1.564.000,00

De acordo com essas informações, adotando critérios de arredondamento, é correto afirmar que o

- (A) patrimônio líquido imobilizado 0,05.
- (B) índice de liquidez seca é 0,84.
- (C) grau de endividamento é 0,95.
- (D) índice de liquidez corrente é 1,45.
- (E) índice de liquidez geral é 1,19.

39. Nos termos da Lei nº 4.320/1964 e de lei específica que autorize, a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados

- (A) pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- (B) pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (C) pelo Banco Central do Brasil (BC).
- (D) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- (E) pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

40. A Contabilidade Pública, por força do art. 85 da Lei nº 4.320/1964, deverá ser organizada de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária e o conhecimento da composição patrimonial. Por sua vez, a Demonstração das Variações Patrimoniais deverá evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. Em observância ao contido na lei e de acordo com os procedimentos orçamentários, a despesa é considerada executada na seguinte etapa:

- (A) recolhimento.
- (B) pagamento.
- (C) fixação.
- (D) liquidação.
- (E) empenho.

41. Determinada entidade pública apresentou as seguintes informações em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2024:

• Recebimentos de caixa pela venda de produtos agropecuários	R\$ 680.000,00
• Desembolso pela aquisição de ativo não circulante	R\$ 748.000,00
• Desembolso para pagamento de transferências concedidas	R\$ 450.000,00
• Recebimento de numerário pela alienação de bens	R\$ 125.000,00
• Desembolso para pagamento de pessoal e demais despesas	R\$ 697.000,00
• Desembolso para amortização da dívida	R\$ 286.000,00
• Recebimento de caixa proveniente de transferências	R\$ 530.000,00
• Recebimento de caixa relativo à remuneração de disponibilidades	R\$ 102.000,00

De acordo com o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, o fluxo de caixa líquido gerado pela atividade operacional no período, em R\$, foi de

- (A) 165.000,00.
- (B) 615.000,00.
- (C) 513.000,00.
- (D) 329.000,00.
- (E) 63.000,00.

Para responder às questões **42** e **43**, observe as informações a seguir, em R\$, retiradas da contabilidade de determinada empresa, relativas ao último exercício financeiro:

• Receita bruta de vendas	680.000,00
• Devoluções e vendas canceladas	20.400,00
• Abatimentos e descontos incondicionais	13.600,00
• ICMS sobre vendas	102.000,00
• Despesas financeiras	8.420,00
• Custo das mercadorias vendidas	163.200,00
• Despesas gerais e administrativas	6.800,00
• Despesas com vendas	5.500,00
• Provisão para o Imposto de Renda	15%
• Receitas financeiras	19.720,00

42. Considerando essas informações, após elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício, baseada na Lei nº 6.404/1976, o resultado operacional bruto apurado será de

- (A) R\$ 414.800,00.
- (B) R\$ 394.400,00.
- (C) R\$ 375.300,00.
- (D) R\$ 366.880,00.
- (E) R\$ 380.800,00.

43. Considerando as informações, após elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício, baseada na Lei 6.404/1976, o resultado líquido apurado, em R\$, será de

- (A) 557.600,00.
- (B) 216.600,00.
- (C) 379.800,00.
- (D) 322.830,00.
- (E) 535.580,00.

44. De acordo com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas, entre outras, observará o seguinte:

- (A) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
- (B) as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
- (C) a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos ordinários de cada órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma consolidada.
- (D) a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da inscrição de passivos.
- (E) as demonstrações contábeis compreenderão, exclusivamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal independente.

Utilize as seguintes informações para responder às questões **45, 46 e 47**:

Determinada empresa, apresentou, em 30 de abril de 2025, o balancete descrito:

Contas	Saldos em R\$
Caixa e equivalentes de caixa	13.600,00
Capital social	57.800,00
Clientes	26.520,00
Móveis e utensílios	35.360,00
Lucros acumulados	680,00
Reserva de capital	5.440,00
Salários a pagar	7.480,00
Receita de vendas	24.480,00
Estoque de mercadorias	25.840,00
Despesas de juros	4.080,00
Fornecedores a pagar	44.880,00
Empréstimos concedidos (longo prazo)	8.840,00
Custo da mercadoria vendida	11.560,00
Investimentos em ações de outras companhias	10.200,00
Despesas administrativas	4.760,00

45. Após a apuração do resultado, ao elaborar o Balanço Patrimonial, o valor correspondente ao patrimônio líquido, em R\$, será de

- (A) 81.600,00.
- (B) 67.320,00.
- (C) 68.000,00.
- (D) 78.200,00.
- (E) 63.920,00.

46. Após a apuração do resultado, ao elaborar o Balanço Patrimonial, utilizando os valores apresentados, será evidenciado um
- (A) lucro acumulado de R\$ 4.080,00.
 - (B) ativo circulante de R\$ 74.800,00.
 - (C) passivo exigível de R\$ 53.040,00.
 - (D) capital próprio de R\$ 67.320,00.
 - (E) ativo total de R\$ 120.360,00.
47. O giro do ativo é um indicador financeiro que mede a eficiência de uma empresa em utilizar seus ativos para gerar receita. Assim, ao analisar o Balanço Patrimonial da empresa, elaborado após a apuração do resultado, considerando os critérios de arredondamento, será evidenciado um giro do ativo igual a
- (A) 0,33.
 - (B) 0,37.
 - (C) 0,29.
 - (D) 0,20.
 - (E) 0,17.
48. Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são quantificados em termos monetários. Isso exige a seleção de uma base de mensuração. A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro destaca que as informações fornecidas mensurando o ativo ou passivo ao custo histórico podem ser relevantes para os usuários das demonstrações contábeis, pois o custo histórico utiliza
- (A) equivalência derivada, pelo menos em parte, compreendendo a contraprestação que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação do evento que deu origem ao ativo ou passivo.
 - (B) equiparação originária, na integralidade, do preço de aquisição do ativo ou passivo, com o custo corrente derivado na transação final.
 - (C) uniformidade do custo corrente, pelo menos em parte, cuja contraprestação recebida corresponde ao equivalente da data de aquisição do ativo ou passivo.
 - (D) informações derivadas, pelo menos em parte, do preço da transação ou outro evento que deu origem ao ativo ou passivo.
 - (E) uniformidade de custo corrente original e integral, comparado ao preço da transação ou ocorrência de origem do ativo ou passivo.

49. De acordo com a legislação relativa aos recursos de Caixa do Tesouro Nacional, as transferências para entidades supervisionadas, inclusive quando decorrentes de receitas vinculadas ou com destinação especificada na legislação vigente, constarão de limites de saques aprovados para a unidade orçamentária à qual os créditos sejam atribuíveis, de acordo com o cronograma aprovado. Os saques para atender a tais despesas só poderão ser efetuados após a

- (A) previsão da respectiva receita orçamentária e o cumprimento do programa de trabalho previsto.
- (B) transferência dos valores arrecadados à conta do agente autorizado e a conferência dos responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) arrecadação da respectiva receita e de seu recolhimento à conta do Tesouro Nacional.
- (D) verificação da rubrica de acordo com a classificação orçamentária e respectiva cobrança legal da receita a realizar pelo Tesouro Nacional.
- (E) escrituração da estimativa da receita orçamentária e da disponibilidade por destinação de recursos e sua arrecadação pelos agentes autorizados.

50. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público, em muitos casos, os valores do orçamento final e do realizado são os mesmos. Isso porque a execução orçamentária é monitorada durante o período, e o orçamento original é progressivamente revisado para refletir mudanças nas condições, circunstâncias e fatos ocorridos durante o período. Nesse caso é exigida da entidade a divulgação da explicação das razões para as alterações entre o orçamento original e o orçamento final. Tais divulgações devem garantir que as entidades que publicam o seu orçamento aprovado sejam responsáveis pelo seu desempenho em face da

- (A) relevância e da conformidade com o orçamento aprovado.
- (B) discriminação e equivalência da não afetação das receitas estimadas.
- (C) publicidade e da compatibilidade da classificação das despesas fixadas.
- (D) importância e correspondência fiscal com orçamento aprovado.
- (E) pertinência e da publicidade do orçamento aprovado.

